



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

#### **1.1-OBJETO**

Aquisição de sensores de monitoramento glicêmico contínuo, destinados ao atendimento de crianças com diabetes mellitus tipo 1, na faixa etária de 2 a 12 anos, acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG.

#### **1.2- DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS**

- 1) Trata-se de uma compra através de Licitação em conformidade com o Art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021. Por meio do Sistema de Registro de Preço / ARP.
- 2) Conforme dispõe o art. 23º da CF/1988, atribui-se também ao Município a responsabilidade de cuidar da saúde da população.

#### **1.3- Justificativa da escolha (SRP)**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza do objeto aquisição de sensores de monitoramento glicêmico contínuo de uso médico e demanda variável, cuja necessidade é contínua, parcelada e sujeita a oscilações conforme o número de pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG. O SRP possibilita planejamento orçamentário eficiente, fornecimento sob demanda, redução de custos administrativos e prevenção de desperdícios, garantindo a economicidade e a flexibilidade operacional.

#### **1.4- Critério de Julgamento**

Opta-se pelo critério de julgamento menor preço global, uma vez que o objeto é padronizado, e a divisão não traria ganhos de economicidade ou eficiência, conforme justificativa constante no item 19. A aquisição conjunta garante padronização do tratamento, facilidade de controle técnico, maior segurança sanitária, otimização logística e economia de escala, evitando fragmentações indevidas ou divisões artificiais que comprometeriam a uniformidade dos insumos, a compatibilidade tecnológica e a eficiência do atendimento.

#### **1.5- Vedação a participação de consorcio**

Nos termos do art. 40, V, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio em razão da simplicidade do objeto que não envolve tecnologia sofisticada, infraestrutura complexa ou execução conjunta de múltiplas competências técnicas que justifiquem a atuação consorciada.

### **2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A medida justifica-se pela necessidade de garantir o acompanhamento clínico contínuo e preciso dos níveis glicêmicos desses pacientes, reduzindo episódios de hipoglicemia e hiperglicemia, prevenindo



complicações agudas e crônicas e promovendo melhoria da qualidade de vida das crianças assistidas pela rede pública de saúde.

O uso de sensores de glicose contínuos é reconhecido como tecnologia assistiva essencial em protocolos clínicos nacionais e internacionais, por possibilitar o monitoramento em tempo real, com menor invasividade e maior aderência ao tratamento. Além disso, trata-se de medida que assegura eficiência e economicidade, pois reduz custos decorrentes de internações e tratamentos emergenciais relacionados ao descontrole glicêmico.

Dessa forma, a contratação proposta é necessária, oportuna e vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, garantindo a continuidade e efetividade do programa municipal e a melhoria dos serviços públicos de saúde ofertados à população infantil de Mariana/MG.

### 3- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:

O cálculo se deu por meio da estimativa IBGE da população na faixa etária em questão, 2 a 12 anos e pela porcentagem dessa mesma população obter a doença. Que neste caso é de 01 a cada 300 pessoas. Além disso, usamos como parâmetro numérico, o controle dos pacientes que já utilizam fitas glicêmicas nessa faixa etária, que serão substituídas pelos sensores, ainda para fidelizar o número de sensores a serem adquiridos, foi realizado um cadastro online para reconhecimento da população que por ventura não esteja no cadastro municipal. Por fim, uma margem de 20% foi acrescida no total, no intuito de se obter um estoque mínimo contando com novos cadastros de usuários que possam surgir.

#### Critérios adotados

- Histórico média de consumo dos últimos 12 meses;
- Levantamento da população a obter a doença de 2 a 12 anos;
- Necessidade de estoque de segurança, de modo a evitar desabastecimento.

O valor estimado da contratação é de R\$ 581.037,50 (Quinhentos e oitenta um mil trinta sete reais e cinquenta centavos) considerando a média dos preços praticados no mercado e a estimativa de demanda informada pela área técnica. Esse valor servirá de base para a licitação e para fins de planejamento orçamentário.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1128	UNID.	<b>SENSOR DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE INTERSTICIAL</b> a ser utilizado na parte posterior do braço, de fácil aplicação sem a necessidade do auxílio de um profissional de saúde e sem calibração com glicemia capilar. Vida útil do sensor por até 15 dias, com leituras de glicose enviadas automaticamente minuto a minuto, assegurando o monitoramento contínuo ao longo 24 horas. Resistente à água, podendo suportar imersão em até	R\$ 494,50	R\$ 557.796,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA  
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>um metro de água por até 30 minutos. Aplicação (finalidade): Monitoramento contínuo de glicose intersticial que é técnica alternativa e complementar para avaliação do controle da glicose em pacientes com diabetes e de alto risco para hipoglicemia e mau controle glicêmico, permite a automonitorização rigorosa em domicílio. Deverá integrar solução tecnológica que possibilite o monitoramento e acompanhamento das medições glicêmicas por meio de aplicativo móvel compatível e/ou leitor dedicado, conforme a tecnologia ofertada.</p> <p>Dispensa a necessidade de verificação por glicemia capilar para comprovação.</p>		
02	47	UNID.	<p><b>LEITOR PARA MONITORAMENTO GLICÊMICO</b> compatível com o sensor ofertado de monitoramento contínuo de glicose intersticial, com capacidade de armazenamento de dados por até 90 dias de uso comum. Possui tela sensível ao toque e conectividade através de porta USB, equipado com bateria recarregável de íon-lítio com duração de 7 dias de uso comum. Apresentar até 7 tipos de relatórios no leitor, oferecendo condições de melhor gerenciamento dos registros de glicose.</p> <p>Destinado ao uso complementar e institucional para usuários que não possuam smartphone compatível e para apoio da equipe de saúde no acompanhamento clínico, não constituindo requisito obrigatório para funcionamento do sensor.</p>	R\$ 494,50	R\$ 23.241,50

A solução ofertada deverá assegurar ao usuário final ao menos uma forma funcional de leitura das medições glicêmicas, seja por aplicativo móvel compatível ou por leitor dedicado, não podendo a ausência de smartphone inviabilizar o uso do sistema.



#### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para assegurar a eficiência, a segurança e a conformidade técnica do fornecimento, deverão ser observados os seguintes requisitos:

##### **a) Requisitos Técnicos do Objeto**

- O sensor deverá permitir monitoramento contínuo e automático da glicose intersticial, com leituras digitais em tempo real e emissão de alertas de variação glicêmica;
- O dispositivo deverá ser não invasivo ou minimamente invasivo, adequado ao uso em crianças de 2 a 12 anos;
- Possuir vida útil mínima de 10 (dez) a 15 (quinze) dias por sensor, dispensando calibração manual frequente;
- Permitir leitura via aplicativo móvel (Android/iOS) e/ou leitor dedicado, com armazenamento e exportação de dados para acompanhamento clínico;
- Via Bluetooth ou escaneamento, sem necessidade de calibração e nem de codificação;
- Resistente à água podendo suportar imersão em até um metro de água por até 30 minutos;
- Sistema composto pelo sensor em conjunto com o aplicativo compatível possibilita que o usuário configure alarmes opcionais (alarmes de glicose alta e baixa, e um alarme de perda de sinal). Os alarmes de glicose baixa e alta podem ser definidos entre 60 – 100 mg/dL e 120 – 400 mg/dL, respectivamente;
- O Kit leitor inclui: 1 leitor, 1 cabo USB, 1 adaptador de energia, 1 manual do usuário, 1 guia de início rápido e 1 folheto de dados de desempenho. Garantia de 12 meses a partir da data de compra e cobre apenas defeitos de fabricação;
- Ser compatível com uso domiciliar e ambulatorial, com instalação simples e segura;
- Possuir registro ativo na ANVISA, em conformidade com as normas da RDC nº 222/2018 e da RDC nº 185/2001 (ou norma que vier a substituí-las);
- Conter manual de instruções em português e garantia de funcionamento conforme especificação do fabricante;
- O prazo de garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses contados da data de entrega.

#### **5- DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1 Para fins de habilitação no certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação dos seguintes documentos:

##### **I-HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando



de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **II-HABILITAÇÃO FISCAL**

- a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;
- b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br).

## **III-HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante desempenhado serviços iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ;
- b) Alvará sanitário vigente ou documento de dispensa emitido pelo órgão responsável;
- c) Certificado de Registro ANVISA, para os itens licitados.

## **IV-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar do procedimentos licitatório.

## **V-DECLARAÇÕES**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
- c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

## **6-CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços, entendida como o fornecimento dos insumos objeto deste Termo de Referência, deverá observar as seguintes condições operacionais, técnicas e contratuais:



**a) Entrega:** O fornecimento deverá ser realizado de forma fracionada, conforme necessidade da Secretária Municipal de Saúde, mediante solicitação formal. Os produtos deverão ser entregues no Almoarifado da Farmácia (UPA) – Rua Antônio Pacheco, nº 564, Bairro São Pedro – Mariana/MG - CEP: 35420196, em horário comercial, com transporte adequado que garanta a integridade da carga.

**b) Prazos:** O prazo máximo para entrega após a emissão da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra será de até 15 dias corridos. Em caso de urgência sanitária, poderá ser solicitada entrega em prazo reduzido, mediante acordo entre as partes.

**c) Conformidade do produto:** Os sensores de monitoramento glicêmico contínuo deverão ser entregues em embalagem original, lacrada e devidamente identificada, contendo: nome do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e concentração. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. É obrigatória a apresentação do registro vigente na ANVISA.

**d) Responsabilidade da contratada:** Garantir a qualidade, procedência e conformidade do produto fornecido. Substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer unidades que apresentem irregularidades, defeitos ou não conformidade com as especificações. Cumprir integralmente as normas de transporte, armazenamento e descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

**e) Condições de recebimento:** Caso sejam constatadas não conformidades, os produtos serão rejeitados, devendo a contratada providenciar a substituição imediata.

## **7- OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

7.1-A empresa ganhadora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2-Serão de inteira responsabilidade da empresa ganhadora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.3-A empresa ganhadora será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;

7.4-Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos produtos desta licitação e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;

7.5-A empresa ganhadora deverá informar a Secretaria Municipal de Saúde com antecedência de no mínimo 24 horas, caso não consiga atender a solicitação, por qualquer que seja o motivo, a fim de não prejudicar o bom andamento dos serviços;



7.6-Assegurar ao Município direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento e no Edital, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Contrato;

7.7-Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer serviços recusados pela Secretaria Municipal, nos termos do Edital;

7.8-Manter todas as condições exigidas na fase de habilitação para a licitação;

7.9-Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante;

7.10-Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

7.11-Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

7.12-O serviço será prestado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração Municipal.

## **8- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

8.1-Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

8.2-Após os serviços prestados, verificar se o mesmo encontra-se de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência;

8.3-Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

8.4-Emitir Autorização de Fornecimento ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone ou e-mail da emissão da mesma;

8.5-Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

8.6-Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

8.7-Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos;

8.8-Notificar a empresa fornecedora, por falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;

8.9-O Município não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.





## **9- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1-As despesas decorrentes do contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Orçamentaria: 07.001.10.301.0024.2.413.3.3.90.32 Fonte de Recurso 1.500.000.1002 – Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde 15%), alocada no orçamento do corrente exercício da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA. Ficha 957.

## **10- CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s) fiscal (is) correspondentes aos serviços prestados, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

## **11-FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

11.1. As atividades alusivas ao objeto deste CONTRATO serão executadas pelo PROPONENTE sob a supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que realizará o controle e fiscalização por meio da funcionária KELEM CRISTINA RAMOS DE FREITAS, inscrito no CPF sob 060.222.586-85, designada como GESTORA do instrumento.

11.2. A fiscalização desta contratação será realizada pelo Sr. ENARA KARINE BRAZ DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 112.751.786-42, designado como FISCAL.

## **12- VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. O presente contrato / ARP terá vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos do artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

## **13-GARANTIA CONTRATUAL**

Não se aplica.

## **14-REAJUSTE**

15.1.Por força das leis federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, e nos termos do § 3º do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.





15.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

15.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

15.4. O Reajuste somente será aplicado a pedido do interessado mediante requerimento protocolado ao Departamento de documentação e arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

## **15-REEQUILIBRIO**

15.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

15.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

## **16-SANÇÕES**

16.1 - Pela inexecução total ou parcial ou, ainda, infringência do art. 155 da lei federal 14.133/2021, o Município de Mariana MG poderá aplicar, as empresas credenciadas, às seguintes penalidades:

16.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

16.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidência de descumprimento de obrigação contratual;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

16.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155,



§4º da Lei nº 14.133/21;

16.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

16.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

16.5 - Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

16.6 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

16.7 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

16.8- As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

## **17- DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A empresa ganhadora deverá atender a Secretaria Municipal de Saúde conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

17.2 A execução do serviço deverá ser feito de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e conforme a necessidade da Secretaria.

17.3 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, sendo a execução integral de responsabilidade da empresa ganhadora, salvo autorização expressa e formal da Administração, em casos excepcionais.

17.4 A empresa ganhadora responderá civil, administrativa e criminalmente por quaisquer danos causados à Administração ou aos consumidores finais decorrentes de irregularidades no fornecimento dos itens contratados.

17.5 O Município não se obriga a contratar o valor total da contratação, sendo a remuneração vinculada exclusivamente às demandas efetivamente pelos serviços prestados.

17.6 A empresa ganhadora deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência e no edital.

## **18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

Em conformidade com Art. 6º do Decreto municipal 11.833/24 que possibilita a utilização de outros órgãos da administração pública direta e indireta, conforme previsão do art. 27 da normativa municipal e do § 1º § 2º do Art. 86 da Lei 14.133/21, no que tange ao procedimento público de intenção de registro de preço (IRP) durante a fase preparatória do processo licitatório, a Secretária Municipal de Saúde de



Mariana optou por não divulgar a presente IRP. Essa decisão foi motivada pela ausência de uma estrutura administrativa satisfatória para o gerenciamento das atas de registro de preços, além da necessidade de realizar e concluir o procedimento licitatório de maneira célere. A divulgação da IRP poderia atrasar o processo, pois seria publicado pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, permitiria a participação de outros órgãos da administração pública, tornando a Secretária o órgão gerenciador e, consequentemente, aumentado a complexidade administrativa. Além disso, a não publicação é justificada pela necessidade contínua e essencial de fornecimento dos sensores de monitoramento glicêmico contínuo para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, demandando atenção imediata e eficaz.

## **19- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

Considerando a natureza do objeto e as necessidades do programa, optou-se pela contratação global com fornecimento parcelado, conforme as seguintes justificativas técnicas:

A opção pela contratação global fundamenta-se na indivisibilidade técnica, funcional e operacional do objeto, constituído por sensores de monitoramento glicêmico contínuo destinados ao atendimento de crianças com diabetes mellitus tipo 1, no âmbito do Programa Municipal de Monitoramento Contínuo da Glicose. Trata-se de um objeto homogêneo, com características técnicas padronizadas e interdependentes, cuja divisão em cotas ou lotes distintos comprometeria diretamente a integridade do tratamento clínico, a compatibilidade tecnológica e a eficiência administrativa do programa.

Do ponto de vista técnico, os sensores de monitoramento contínuo possuem especificações que devem ser uniformes em todo o público atendido, sob pena de gerar divergências nos parâmetros de leitura, inconsistências nas curvas glicêmicas e dificuldades no acompanhamento médico. A existência de múltiplos modelos simultâneos exigiria, protocolos distintos de aplicação e monitoramento e dificultaria a integração dos dados clínicos — especialmente porque os modelos disponíveis no mercado utilizam aplicativos, leitores e plataformas tecnológicas próprias e não interoperáveis entre si. Essa ausência de interoperabilidade caracteriza uma clara indivisibilidade técnica, impedindo o fracionamento do objeto sem prejuízo à qualidade do atendimento.

Sob o aspecto sanitário e de segurança do paciente, o uso padronizado de um único modelo de sensor permite controle adequado da validade, rastreabilidade e monitoramento de eventos adversos. Dividir o objeto implicaria a coexistência de diferentes características técnicas (vida útil, faixa de medição, calibração, adesividade, alarmes), gerando risco clínico e comprometendo a segurança assistencial, especialmente em população pediátrica.

Do ponto de vista operacional, a adoção de múltiplos fornecedores ou modelos aumentaria a complexidade da gestão do programa, resultando em:

- multiplicidade de fluxos logísticos;
- estoques fragmentados;
- risco de incompatibilidade entre sensores e leitores/aplicativos;
- aumento dos custos de armazenamento;
- maior probabilidade de falhas na dispensação;
- treinamento diferenciado da equipe.

A contratação global, ao contrário, assegura simplicidade operacional, uniformização de rotinas, otimização dos estoques e melhoria do controle administrativo, elementos essenciais para a eficácia de um programa contínuo e de grande sensibilidade clínica.



Sob o aspecto econômico, o fracionamento criaria perda de economia de escala, elevando preços unitários e aumentando os custos indiretos associados a múltiplos processos de controle, recebimento, conferência e gestão contratual. A contratação global possibilita maior competitividade, redução de custos e padronização de processos, garantindo racionalidade e economicidade no uso dos recursos públicos.

Diante de todos esses fatores, conclui-se que o objeto é tecnicamente indivisível, devendo a contratação ocorrer de forma global, por ser a única forma capaz de garantir:

- padronização dos equipamentos e dos protocolos clínicos;
- segurança sanitária e confiabilidade dos dados glicêmicos;
- eficiência logística e administrativa;
- economia de escala;
- continuidade e efetividade do programa municipal;
- pleno atendimento ao interesse público.

## **20- LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS / PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO**

A entrega do objeto contratual será efetuada de forma imediata em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento de acordo com a Ordem de Entrega e emissão da Solicitação de Fornecimento no seguinte endereço: Almoxarifado da Farmácia (UPA) – Rua Antônio Pacheco, nº 564, Bairro São Pedro – Mariana/MG - CEP: 35420196.

## **21- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na aquisição, disponibilização/distribuição e suporte do uso de sensores de monitoramento glicêmico contínuo, destinados ao atendimento de crianças com diabetes mellitus tipo 1, na faixa etária de 2 a 12 anos.

Trata-se de uma solução tecnológica de saúde cuja eficácia depende não apenas do fornecimento dos produtos, mas da gestão completa do ciclo de vida do objeto, desde a aquisição, entrega, utilização, suporte técnico, até o descarte adequado.

## **22- CICLO DE VIDA DO OBJETO**

### **22.1. Fase de Aquisição**

A aquisição compreende:

- seleção de fornecedor com produto registrado na ANVISA;
- contratação global com fornecimento contínuo;
- observância de requisitos técnicos que assegurem precisão, segurança e compatibilidade do sensor com aplicativos e leitores autorizados.

O processo deve garantir economicidade, qualidade técnica e segurança sanitária.

### **22.2. Fase de Entrega e Recebimento**

A solução prevê:

- entregas periódicas, conforme demanda do programa;



- conferência técnica dos itens pela equipe responsável;
- garantia de validade mínima e integridade das unidades entregues;
- manutenção de rastreabilidade dos lotes.

### **22.3. Fase de Distribuição e Uso**

Nesta etapa, o ciclo de vida envolve:

- distribuição dos sensores aos pacientes cadastrados;
- registro da dispensação;
- orientação às famílias e responsáveis sobre o uso adequado.

Esta fase é essencial para gerar os resultados pretendidos, como redução de hipoglicemias, estabilidade glicêmica e prevenção de complicações.

### **22.4. Fase de Suporte Técnico e Monitoramento**

A contratada deverá fornecer:

- suporte técnico remoto ou presencial;
- substituição de sensores defeituosos;
- treinamento inicial presencial ou online aos profissionais de saúde;
- disponibilização de canal de atendimento para dúvidas e emergências técnicas.

Este suporte garante continuidade e confiabilidade do programa.

### **22.5. Fase de Descarte e Responsabilidade Ambiental**

O ciclo de vida encerra-se com:

- descarte ambientalmente adequado dos sensores usados;
- orientação às unidades de saúde sobre coleta e segregação dos resíduos.

Esta etapa assegura sustentabilidade e conformidade ambiental.

## **23. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O modelo de execução tem por objetivo garantir que o contrato gere os resultados pretendidos de forma contínua e mensurável. Ele compreende:

### **23.1. Execução por Fornecimento Contínuo**

O contrato será executado por meio de fornecimento contínuo, conforme demanda, assegurando:

- abastecimento permanente do programa;
- estabilidade do tratamento;
- eliminação de interrupções.

### **23.2. Responsabilidades do Fornecedor**

A contratada deverá:

- entregar sensores conforme especificações técnicas;



- garantir suporte técnico durante toda a vigência;
- substituir itens defeituosos;
- disponibilizar treinamento;
- apresentar documentação sanitária e relatórios se solicitados.

### **23.3. Responsabilidades da Administração**

A administração será responsável por:

- fiscalizar entregas;
- controlar estoque e dispensação;
- monitorar resultados clínicos.

### **23.4. Integração com as Equipes de Saúde**

O modelo de execução integra:

- farmacêuticos (dispensação e controle);
- endocrinologistas e pediatras (acompanhamento clínico e orientações às famílias).

Essa integração assegura eficiência operacional e fidelidade ao modelo de atenção integral.

## **24. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A solução visa produzir resultados objetivos, tais como:

### **24.1. Resultados Clínicos**

- redução de episódios de hipoglicemia e hiperglicemia;
- melhoria no controle glicêmico infantil;
- diminuição de internações e atendimentos de urgência;
- qualidade de vida superior para pacientes e familiares.

### **24.2. Resultados Administrativos e Operacionais**

- padronização de insumos e protocolos;
- redução de custos indiretos com hospitalizações;
- otimização do estoque e planejamento de demandas;
- maior eficiência no uso dos recursos públicos.

### **24.3. Resultados Sociais e Educacionais**

- inclusão escolar e social das crianças diabéticas;
- diminuição do absenteísmo;
- fortalecimento de políticas públicas de saúde infantil.

**Conclusão Geral da Descrição da Solução:** A solução como um todo caracteriza-se pela adequação técnica, segurança sanitária, viabilidade operacional, sustentabilidade ambiental e economicidade,



assegurando resultados alinhados e aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público da Lei nº 14.133/2021.

Ao considerar integralmente o ciclo de vida do objeto e adotar um modelo de execução contínua e integrada, o contrato garante a entrega dos resultados esperados.

## **25- ASSINATURAS**

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à aquisição de sensores de monitoramento glicêmico contínuo, destinados ao atendimento de crianças com diabetes mellitus tipo 1, na faixa etária de 2 a 12 anos, acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 30 Março de 2026.

**Kelem Cristina Ramos de Freitas**  
Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

**Marilene Romão Gonçalves**  
Secretária Municipal de Saúde





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GOVERNANÇA